

Governo precisa modificar política suicida de exportação de café

— Até quando continuará o Governo sustentando e mantendo a velha e desonesta norma de classificação de cafés com dosagens calculadas e progressivas de pauzinhos, pedrinhas, grãos-negros e lixo que prejudicam o sabor da bebida? Esta pergunta e advertência foi feita pelo engenheiro-agrônomo Felisberto Camargo, ex-diretor do Ministério da Agricultura e membro do Comitê Internacional de Pesquisas para as Zonas Tropicais, da UNESCO, em declarações feitas à reportagem. E afirmou: — O sistema brasileiro de classificação de café é, ainda hoje, o mais rotineiro, atrasado e arcaico do mundo. Ele chega a ser até mesmo desonesto porque pretende iludir os centros de consumo do mundo com sua venda disfarçada de pedrinhas, grãos-negros e pedaços de pau, ao invés de café limpo, espurgado das impurezas que lhe dão um sabor amargo e de mau gosto. Além disso, estamos criando um mercado tipo de

mercado ainda inédito, que é o de exportação de lixo.

NOVOS MÉTODOS

Saltando que devemos introduzir métodos que venham a revolucionar os atuais sistemas brasileiros de classificação da rubiácea, para não se perder de uma vez o mercado internacional do produto, acentuou o sr. Felisberto Camargo que, "sem uma reforma no sistema de comercialização do nosso principal produto de divisas, doa a quem doer, não se salvará a produção de café do Brasil, que possui excelentes condições ecológicas e econômicas para produzir cafés-finos.

SISTEMA RECOMENDADO

A seguir, disse:

— Há mais de 15 anos, vêm os agricultores, engenheiros agrônomos e os plantadores de café demonstrando a necessi-

dade de se substituir o velho sistema latifundiário de cultivo do produto, do tempo ainda do Brasil Colônia, pelo sistema criado pelo Instituto Agrônomo de Campinas, de melhores resultados, empregando variedades novas, espaçamento mais denso, plantação em linhas de nível, com utilização de máquinas moto-mecânicas, irrigação, com um mínimo de trabalho manual e salário mais elevado para o operário especializado.

O Governo deve proibir exportações de café de tipo inferior ao 4 e, também, a comercialização interna do tipo 5. Os outros tipos inferiores deveriam ser reclassificados nas fontes produtoras.

CAFÉ E REFORMA AGRÁRIA

— Para a sobrevivência da própria produção de café no Brasil, para exportação, a reforma agrária necessária não é a de tipo fundiário, de simples distribuição de terras, mas uma reforma de fundo moral e técnico que introduza normas racionais de produção e de comercialização. A política de renovação da lavoura, criada pelo Instituto Agrônomo de Campinas, está aí a esperar o dia em que o Governo, através do Instituto Brasileiro do Café, moralize a exportação e o comércio interno e crie uma sistemática de taxas progressivas contra o que realmente representa a agricultura latifundiária de baixo padrão.

BAHIA: 382 996 UNIDADES AGROPECUÁRIAS

Ascendia a 382 996 o número de unidades agropecuárias recenseadas no Estado da Bahia em 1960, as quais ocupavam uma área total de 18 003 820 hectares. Estes dados evidenciam uma expansão da ordem de 2 270 832 hectares sobre a área recenseada em 1950, ano em que foram encontrados 258 043 estabelecimentos naquele Estado da Região Leste. Sensível redução ocorreu, no período intercensitário, na área média dos estabelecimentos, que passou de 61,0 para 47,0 hectares. Quanto à distribuição, segundo a extensão das terras, observou-se predominância no grupo de 2 a 50 hectares, que abrange 70% do número total de explorações. Nesse grupamento estão compreendidas as unidades agropecuárias de 2 a menos de 5; de 5 a menos de 10; de 10 a menos de 20; e de 20 a menos de 50 hectares, correspondendo a 45% do total da área agrícola do Estado. Pelas apurações do Serviço Nacional de Recenseamento (IBGE) figuravam no referido grupamento, que abrange as exportações de tamanho médio, 71% dos estabelecimentos recenseados e 47% da área.

No que diz respeito à mão-de-obra, 1 857 771 pessoas se dedicavam à atividade agropecuária na Bahia, com um aumento de 44,82% em relação ao dado coletado em 1950. O pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas correspondia a 47,55% da população rural baiana, proporção que atinha 35,79% no decênio anterior. Decresceu, no período, o número médio de pessoas ocupadas, por estabelecimento, passando de 4,97 para 4,85 em 1960. Considerável expansão experimentou a área cultivada — 1 372 233 hectares em 1950, e 2 264 413 em 1960 — isto é, um incremento de 65,02%, enquanto a área cultivada por pessoa ocupada se elevou de 1,07 a 1,22 hectares.

Os trabalhos agrários apresentaram, no decênio, apreciável índice de mecanização. Segundo revela o SNR, de 82 tratores existentes em 1950, os estabelecimentos possuíam, em 1960, 575, ao passo que o número de arados, que era de 4 647 unidades em 1950, se elevava a 5 294 em 1960. Finalmente, cumpre assinalar que o rebanho bovino do Estado somava 4 570 056 reses, quando em 1950 havia 4 035 140 cabeças.

A produção agrícola de alimentos em 1962 foi suficiente para abastecer a população mundial, de um modo geral. Na China e na Rússia, países que abrigam quasi um bilhão de pessoas, a queda da produção de certos artigos, especialmente cereais, foi suprida pelas compras em outras nações, com os Estados Unidos, que continua sendo o maior produtor mundial de gêneros alimentícios. O ano passado, as exportações de tais artigos pela poderosa nação do norte atingiram à cifra de cinco bilhões e 130 milhões de dólares.